

**A participação
política na “era
Lula”**

revisitada:

**Novas agendas
de pesquisa**

**¹Rafael Teodoro
Pedroso**



**Revisiting political
participation in the
“Lula years”:
New research
agendas**

¹ Rafael Teodoro Pedroso. Bacharel em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. E-mail: rteodoropedroso@hotmail.com

Resumo:

São apresentados os principais resultados, oriundos de uma literatura recente e relativamente variada, acerca de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativismos à direita nos governos Lula. A ambição de explicar os ciclos de protestos ocorridos de 2013 a 2015 no Brasil tem levado pesquisadores a olhar para fenômenos sociais à direita nos anos que antecedem esse período. Embora nenhum deles tenha se voltado especificamente para os anos de 2002 a 2010, é possível, reunindo os seus trabalhos, apresentar alguns resultados a esse respeito. Essa leva de estudos pode ser agrupada em três frentes: (1) análise de eventos protesto; (2) análise de atores; (3) análise da produção de descontentes e redes de ativismo.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Direita; Lula; Ativismo.

Abstract:

In this paper are presented the main results, stemming from a recent and diversified group of researches, regarding right-wing social movements, civil society organizations and activism during the Lula administrations. The aim of explaining mass demonstrations occurring in Brazil from 2013 to 2015 led researchers to investigate right-wing social phenomena in the preceding years. Although none of these researchers undertook specifically the 2002-2010 period as their main object, it is possible, by compiling their work, to present some preliminary results in this respect. These studies, though diverse, can be grouped in three categories: (1) protest event analysis; (2) actor analysis; (3) analysis of the rise in dissatisfaction and activism networks.

Keywords: Social Movements; Right-wing; Lula; Activism.

Introdução

Em 2013, indivíduos e organizações à esquerda e à direita do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) foram às ruas; naquele ano, a pluralidade de grupos e ideologias em disputa atingiu o seu pico. Como aponta Luciana Tatagiba, “o desejo por mais participação e respeito aos direitos das minorias (...) vinha junto com proposta de militarização, redução da maioria penal e avanço dos direitos sociais” (TATAGIBA, 2014, p. 41).

A convivência entre grupos à direita e à esquerda nas ruas torna-se tensa à medida que os ciclos de protestos se desenrolam (ALONSO, 2017; AVRITZER, 2018; TATAGIBA, 2018). Angela Alonso (2017), por exemplo, indica que em 2013 a diversificação atingiu seu máximo, e o ciclo de protesto adquiriu sua forma final de mosaico, com três setores distintos de mobilização (patriotas, socialistas e autonomistas), cada qual com suas pautas e estilos de ativismo em convivência sem que, contudo, estivessem em harmonia. Com efeito:

Em 2013 não era um “todos contra tudo o que está aí”. Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“Corruptos”) (...). No dia 20, rasgaram-se bandeiras, e o comando da rua foi disputado no braço (ALONSO, 2017, pp. 52-53).

Já em 2015, a diversidade tensa cede à uma polarização mais direta. Movimentos sociais e indivíduos à direita e à esquerda no espectro político, misturados em 2013, desembocaram em dois grandes campos em competição pela direção do Estado: um pró e outro contra o impeachment.

Uma das novidades trazida por esses recentes ciclos de protesto é que, pela primeira vez no período democrático pós 1988, grupos à direita convocaram massivas manifestações de rua, ainda que acompanhados por outros setores. Desde o ciclo de manifestações contra o regime autoritário, a esquerda brasileira vinha dominando as ruas, com suas cores, músicas, palavras de ordem e performances (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Entre, 2013 e 2015, uma série de trabalhos foram realizados visando explicar *quem* eram os manifestantes (ORTELLADO; LIMA; POMAR, 2013), *como* eles se manifestavam (BRINGEL; DOMINGUES, 2013; SILVA, 2014; TATAGIBA, 2014;

ALONSO; MISCHÉ, 2017) e *por qual razão* iam às ruas (NOBRE, 2013; SINGER, 2013)². À medida que esses trabalhos foram sendo produzidos, cresceu o interesse pelo estudo de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativismos à direita no Brasil contemporâneo. Esse enfoque deslocou a atenção geral, antes voltada para as análises de eventos de protesto, para a militância à direita no Brasil. Trata-se de uma agenda mais específica, ainda embrionária e em fase de consolidação, como pretendo mostrar ao longo desta nota.

Para explicar a emergência de atores à direita que se expressam com destaque na cena pública, uma parte da literatura especializada estabeleceu, inicialmente, o ano de 2010 como um marco temporal (TATAGIBA, 2018; TATAGIBA; GALVÃO, 2019). A hipótese base compartilhada por esses trabalhos é a de que, com o fim do governo Lula em 2010, teríamos entrado em um novo ciclo nas relações entre Estado e sociedade no Brasil, com profundos impactos sobre as práticas contestatórias. Surgem “inventários” dos protestos convocados por organizações à direita entre 2011 e 2016. Um bom exemplo é a compilação feita por Tatagiba (2018), listando os eventos coletivos e públicos que foram convocados por organizações que se afirmam de direita e/ou conservadoras, entre 2011 e 2016. A pesquisadora identificou, para São Paulo, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2016, um total de 143 protestos que podem ser associados à protestos de direita, tendo em vista organizações que os convocaram, suas palavras de ordem, performances confrontacionais (TATAGIBA, 2018).

Alguns autores, no entanto, têm argumentado que o ciclo de protestos de 2013 deve ser situado em uma perspectiva mais ampla, de médio-longo prazo, já que há indícios de que parcelas significativas das novas direitas começaram a se organizar bem antes da eleição de Dilma Rousseff em 2010 (ROCHA, 2018a; BRINGEL; PLEYERS, 2019). A partir dessa leitura, passa-se a olhar também para os governos Lula.

Tem havido, portanto, um interesse retroativo no estudo das direitas no Brasil. Esses estudos começaram focalizados nos eventos de 2013 e 2015, com pesquisas de opinião em protestos e mapeamento das organizações convocadoras (ORTELLADO; SOLANO, 2016). Um primeiro passo em direção ao passado é dado

² A divisão da literatura de acordo com esses três enfoques acompanha a sugestão de Angela Alonso (2017).

A participação na era “Lula” revisitada: Novas agendas de pesquisa

com o interesse que surge pela investigação da origem dessas organizações, criadas, em sua maioria, a partir de 2010. À medida que os resultados de pesquisa avançam, cresce o número de estudos dedicados a mapear movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativismos à direita que já eram atuantes antes mesmo de 2010, acentuando o movimento de investigação em direção ao passado.

Essas linhas incipientes de pesquisa tensionam e complexificam o que a literatura dominante havia produzido sobre participação social ao longo dos governos Lula (2002-2010). De fato, vinha-se apontando para uma expansão nos canais formais de participação social, evocando um cenário de forte colaboração entre movimentos sociais, organizações da sociedade civil e Estado na produção de políticas públicas. A alta densidade dessas relações indicava a existência de um “modelo brasileiro” de participação social, idiossincrático e sem paralelo em outros países, que implicaria em um salto de qualidade da democracia brasileira. Na feliz expressão dos autores, “os atores sociais inseriram-se nesses novos espaços e a literatura acadêmica migrou com eles” (LAVALLE; BARONE, 2015).

No entanto, ao priorizar os movimentos que acessaram o Estado na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, essa lente acabou por produzir um viés: eram estudados os movimentos e organizações da sociedade civil de inspiração “progressista” (LAVALLE, 2011; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). *Pari Passu*, fora das lentes da produção acadêmica, desenvolviam-se uma série de redes e formas de ativismo à direita no espectro político. Essas redes, à medida que começam a ser pensadas a partir da produção recente, revelam movimentações não desprezíveis de atores que, além de passarem ao largo dessas instituições participativas, reivindicavam agendas e ideologias bastante contrastantes com a dos atores privilegiados até então pela literatura.

Neste trabalho, apresento alguns resultados dessa produção emergente que abordou a atuação das direitas entre 2002 a 2010. Argumento que, embora embrionária e em fase de consolidação, essa nova leva de estudos pode ser categorizada em três grandes frentes. Esse agrupamento auxilia na identificação dos principais resultados dessa agenda de pesquisa e sugere a importância de abordagens integradas, que apostem no cruzamento entre as três unidades de análise. São elas: (i) análise de eventos protesto, com ênfase na construção

simbólica desses eventos; (ii) análise de atores; (iii) análise da produção de descontentes e redes de ativismo.

Os eventos de protesto

Na primeira vertente, a de análise simbólica de protestos, um trabalho pioneiro é o de Luciana Tatagiba, Thiago Trindade e Ana Claudia Chaves Teixeira (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). Baseando-se em informações publicadas na imprensa sobre protestos em São Paulo, os autores construíram um banco de dados de manifestações cobrindo protestos “à direita”, definidos como “aqueles que *não* foram convocados por organizações de esquerda e que *tampouco* encontram nas redes tradicionalmente ligadas ao campo da esquerda as condições infraestruturais para sua viabilização”, entre 2007 e 2015. Essa definição de direita, exclusivamente negativa e como posição relacional contra a esquerda, ao mesmo tempo em que expressa uma possibilidade teórica de manejo e definição desse campo, parece também indicar o pouco conhecimento substantivo acumulado na literatura a respeito das organizações e expressões dessas formas de engajamento à direita.

Para o escopo deste trabalho, reduzimos os resultados apresentados pelos autores apenas aos protestos mapeados entre 2007 e 2010 (Quadro 1).

Data	Organizadores	Palavras de ordem	Público
29/07/2007	Cansei	“Cansei”; “Respeito”; “Basta”; “Fora Lula”	5.000
17/08/2007	Cansei, OAB	“Cansei”; “Fora Lula”; “Lula ladrão, seu lugar é na prisão”	2.000 5.000

Quadro 1: Protestos à direita em São Paulo, de 2007 a 2010. Fonte: (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Para o período até 2010, os autores indicam a existência de dois protestos organizados pelo Movimento Cansei —um deles em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) —, conforme indicado na tabela acima. Embora pouco expressivos numericamente, esses protestos parecem relevantes porque o Cansei

A participação na era “Lula” revisitada: Novas agendas de pesquisa

foi precursor ao associar ineficiência na gestão pública, corrupção e aumento de gastos com políticas sociais, bases da crítica aos governos do PT nos ciclos de protestos subsequentes (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). Isso sugere uma importância do movimento para além da sua capacidade de mobilização mais imediata naquele período³. Trata-se de uma hipótese promissora, que pode ser investigada em trabalhos ulteriores.

Embora o movimento tenha a sua importância na associação pioneira entre ineficiência na gestão pública, corrupção e aumento dos gastos com políticas sociais nos governos do PT, estudos recentes têm indicado alta ocorrência de protestos desse campo em anos anteriores, especialmente em 2005. Como afirmam Larissa Pereira Melo e Luciana Tatagiba:

A ocorrência de protestos no ano de 2005 aparece de forma surpreendente na série histórica [Figura 1], o ano do Mensalão é o que concentra o maior número de ocorrência dos últimos 14 anos. Como mostrei em pesquisa anterior, uma parte desse número de ocorrências é relativo ao Mensalão que concentrou nos meses de julho, agosto e setembro aproximadamente 30% dos protestos. No total, aquele ano contabilizou 55 eventos protestos relacionados diretamente ao escândalo (DE MELO; TATAGIBA, 2018, p. 2).

Reproduzo abaixo o gráfico ao qual as pesquisadoras se referem (Figura 1). Esse dado chama atenção para um fenômeno ainda pouquíssimo estudado, isto é, os eventos de protesto em resposta ao escândalo do mensalão em 2005. Estudos que avancem nessa direção podem encontrar um terreno fértil de pesquisa. De Melo e Tatagiba apontam que a ocorrência de protestos no ano do mensalão é muito grande, mas os *frames* (quadros de interpretação que simplificam e condensam o mundo, os objetos e as situações) são difusos, sem apresentar relação direta entre Lula e o escândalo de corrupção, ao contrário do que ocorreu com Dilma.

³ O movimento não foi levado a sério pelos partidos políticos de oposição, tampouco pela imprensa. A explicação oferecida é a de que: “manter as mobilizações se mostrava, de qualquer forma, uma tarefa difícil em um contexto de crescimento econômico e altas taxas de aprovação do presidente” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 200).

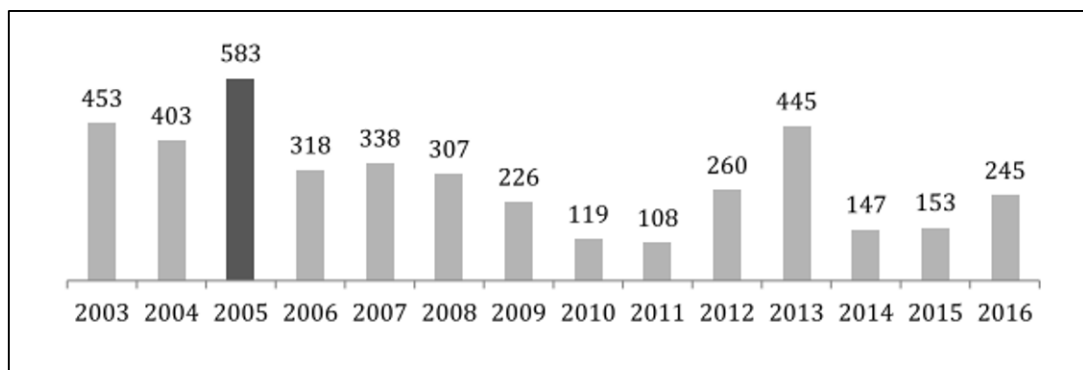


Figura 1: Elaborado por Tatagiba e De Melo, o gráfico indica o número de ocorrência de protestos em números absolutos de 2003 a 2016. As autoras ressaltam que os dados de 2003 a 2010 podem conter dados duplicados ou *missings*. Fonte: (DE MELO; TATAGIBA, 2018).

Essa vertente ilumina o aspecto simbólico dos eventos de protesto. Ela deixa em segundo plano, contudo, uma caracterização mais precisa dos atores envolvidos na luta política. Nessa perspectiva, a unidade de análise são os eventos de protesto em si mesmos, o que dificulta uma caracterização mais minuciosa dos atores. Ela responde “como” e através de quais símbolos os indivíduos e grupos se mobilizam, mas não diz “quem” se engaja, questão mais explorada pela segunda abordagem.

Quem se engaja?

A segunda perspectiva é a centrada nos atores. Aqui, destaca-se a Tese de Doutorado defendida por Camila Rocha (ROCHA, 2018b). Através de entrevistas em profundidade e observação participante com lideranças e militantes ultraliberais, realizadas entre 2015 e 2018, Rocha identifica a organização paulatina de uma militância de base ultraliberal forjada na internet, estimulada por redes e comunidades do Orkut em meados dos anos 2000.

Os principais resultados de pesquisa apontam que, a partir do início dos anos 2000, argumentos em prol da liberdade de mercado passaram a circular significativamente em fóruns e sites brasileiros. Há o destaque para a rede social Orkut, que abrigava muitos desses fóruns entre os anos de 2005 e 2006, momento que marca o surgimento do que a autora denomina de contrapúblico ultraliberal (Rocha 2018a)⁴.

⁴ “Um contrapúblico seria imbuído de uma consciência de seu status subordinado frente a um horizonte cultural dominante. Seus membros, a despeito de serem efetivamente subalternos ou não,

A participação na era “Lula” revisitada: Novas agendas de pesquisa

Os indivíduos adeptos ao ultraliberalismo radical não se sentiam representados em públicos dominantes. De fato, a defesa explícita e radical da lógica de livre mercado era praticamente inexistente no debate público brasileiro até pouco tempo atrás. Evidência disso é que as principais obras de autores e autoras que realizam tal defesa não estavam disponíveis em livrarias e bibliotecas universitárias do país, e tampouco haviam sido traduzidas para o português até a década de 1990, quando as discussões sobre reformas neoliberais já estavam avançadas no Brasil (ROCHA, 2019).

Jovens universitários e profissionais liberais passaram, então, a se reunir em fóruns e comunidades virtuais para traduzir e compartilhar textos, discutir conceitos e formar grupos de estudo, além de criar laços e uma identidade comum em torno da defesa radical da liberdade de mercado. Assim, as pessoas que encontravam nas comunidades do Orkut um refúgio investiram em fazer um empreendimento para fundar novas organizações que pudessem representá-los.

Foi a partir deste espaço que, com o apoio organizacional e financeiro de uma rede preexistente de organizações pró-mercado (notadamente, *think tanks* liberais), ocorreu a institucionalização e continuidade desses grupos (ROCHA, 2019). Tais descobertas sublinham a importância das redes de *think tanks* internacionais, cuja atuação cresceu em quantidade e efetividade após a onda à esquerda na América Latina, no início dos anos 2000 (ROCHA, 2015).

Os resultados indicam que parcelas relevantes das novas direitas começaram a se organizar sem grandes recursos bem antes da eleição de Dilma, entre o final do primeiro governo Lula e o início do segundo. Um dos méritos dessa pesquisa, além disso, é focalizar em uma parcela específica da direita, isto é, os “ultraliberais”. As direitas brasileiras, dada a sua heterogeneidade, parecem melhor compreendidas quando nos atentamos para as suas diferenças de identidade e de estratégia política, como advertido por Flavio Pierucci ainda no final dos anos 80 (PIERUCCI, 1987).

Com enfoque diverso, mas ainda voltado para atores, há um outro conjunto de trabalhos que investiga os chamados “intelectuais da nova direita”. Nestes

partilham identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes.” (ROCHA, 2018a, p. 6).

trabalhos, o conceito de “direita” designa uma perspectiva crítica em relação a determinados valores associados à “esquerda”, como a defesa do papel do Estado (1) na regulação do livre-mercado, (2) na promoção da redistribuição de renda; (3) na execução de políticas afirmativas orientadas para a inclusão de “minorias” (CHALOUB; PERLATTO, 2015; CHALOUB; PERLATTO, 2016).

Aqui, há uma atenção para o destaque adquirido por esses intelectuais no debate público brasileiro, sobretudo a partir da sua presença nos jornais da “grande imprensa” e no mercado editorial. São analisados um conjunto de figuras públicas mediante suas publicações em colunas de órgãos de imprensa de grande circulação no país – O Globo, A Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, a Veja. As análises apontam que esses intelectuais ganham projeção após a implementação das cotas raciais, do bolsa família e principalmente do mensalão, e reforçam, em seus discursos, a divisão entre esquerda e direita, assim como requerem e mobilizam orgulhosamente o título de direitistas, colocando sobre a esquerda a responsabilidade dos problemas enfrentados pelo país.

Os autores dividem os intelectuais investigados em dois grandes grupos: direita teórica e direita militante. A direita teórica, representada por Olavo de Carvalho e Luiz Felipe Pondé, reclamaria seu lugar à direita a partir de argumentos de longa duração, ultrapassando o contexto imediato e mobilizando um amplo material bibliográfico, incluindo desde clássicos liberais e conservadores até teóricos menos citados. Já a direita militante, por outro lado, é composta por polemistas públicos, circunscritos às questões de conjuntura mais imediata; há ataques recorrentes a seus inimigos mais próximos e evidentes, sem grandes mediações em sua argumentação.

Estes trabalhos elegem quatro grandes vetores para explicar o destaque adquirido por esses intelectuais no debate público brasileiro: 1) o distanciamento temporal da ditadura militar, identificada no imaginário social como sendo de “direita”; 2) mudanças no mercado editorial, tanto no perfil dos jornais de maior circulação – que passaram a dedicar mais espaço a colunistas “ideológicos” – quanto, sobretudo, a expansão e a popularização da internet, que permitiu a esses intelectuais adquirir uma capilaridade social outrora não imaginada; 3) a vinculação e a articulação de muitos destes personagens com *think tanks* como o Instituto Liberal e o Instituto Millenium; 4) o reformismo dos governos petistas, que teria

A participação na era “Lula” revisitada: Novas agendas de pesquisa

mexido em pontos sensíveis da estrutura social brasileira, acabando por despertar fortes reações de alguns segmentos, muito exploradas por estes intelectuais em suas intervenções públicas; nesse quarto aspecto, destacam-se também os fracassos dos governos do PT em promoverem alterações mais estruturais da sociedade brasileira, além do envolvimento de alguns de seus quadros em casos de corrupção.

Um aspecto importante dessa literatura é que ela destaca os *think tanks* como *locus* privilegiado para a articulação dessa rede de intelectuais. Esse indício converge com os resultados dos estudos sobre o contrapúblico ultraliberal, que apontam para a centralidade das mesmas organizações na institucionalização desse mesmo segmento. Desse modo, as investigações acerca do papel de *think tanks* no fortalecimento de identidades à direita nesse período pode encontrar um terreno promissor.

Além disso, os trabalhos sobre intelectuais à direita também apontam para a produção de descontentes, mesmo em um cenário de crescimento econômico e altas taxas de aprovação presidencial, como é o caso dos governos Lula. Para explicar esse processo, são destacadas algumas intervenções públicas nesse período, como o Programa Bolsa Família (PBF) e a política de cotas raciais nas Universidades Federais. Esse é um aspecto que tem sido privilegiado e explorado pela terceira vertente.

Descontentamento crescente e redes de ativismo

A terceira abordagem busca explicar a produção de descontentes ao longo dos governos petistas, em especial durante os governos Lula, e evidenciar redes de ativismo subjacentes à essa insatisfação. Nessa categoria, incluo o artigo de Angela Alonso (2019), que sublinha que as políticas públicas redistributivas e inclusivas geraram descontentes opostos: tanto beneficiados como prejudicados pelas mudanças.

Em “A gênese de 2013: formação do campo patriota”, Alonso (2019) sugere três mudanças que teriam desorganizado os eixos da estrutura social brasileira - renda, escolaridade e raça - ao longo desse período. No médio prazo, a expansão da educação superior, iniciada durante os governos Fernando Henrique Cardoso, foi acelerada ao longo dos governos petistas, especialmente na primeira década.

Entre 1998 e 2012, o número de estudantes matriculados no ensino superior triplicou, passando de 2.125.958 para 7.037.688 (ALONSO, 2019).

Outra mudança de médio prazo é decorrente da estabilidade monetária. Instituído no segundo governo Fernando Henrique, a estabilidade do Plano Real foi aproveitada pelos governos petistas, que puderam então avançar em políticas redistributivas eficazes e de efeito rápido, como o PBF. Somadas a essas intervenções, as ações afirmativas nas universidades federais quadruplicaram o número de universitários negros em números absolutos, no período de 1997 a 2011 (ALONSO, 2019).

Alonso argumenta que esse conjunto de políticas teria perturbado a percepção dos grupos sociais sobre as distâncias entre si, desnorteando a sua compreensão da hierarquia de status e semeando incerteza acerca da posição de cada qual na sociedade (ALONSO, 2019). Desde o início do governo Lula, foram se solidificando descontentamentos oriundos dos novos equilíbrios de poder entre as camadas sociais. Pontos importantes de insatisfação eram os sentimentos de ineficiência estatal e de corrupção no governo. Além disso, materializaram-se redes de sociabilidade e de “empoderamento” dos cidadãos com vistas a substituir o Estado no espaço público (ALONSO, 2019).

Durante o governo Lula, criaram-se 18 associações (Quadro 2, abaixo) de perfil liberal, conservador ou autoritário (ALONSO, 2019). Essas associações atuavam na rua e na internet, com foco em costumes, impostos, corrupção, pautas por vezes levantadas de modo avulso, por vezes combinado (ALONSO, 2019). Apesar disso, Lula, ao negociar com a esquerda, não confrontar a direita, e manter alto apoio popular, conseguiu governar sem protestos massivos (ALONSO, 2019).

A participação na era “Lula” revisitada: Novas agendas de pesquisa

Ano	Nº	Movimentos
2002	1	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
2003	2	Transparência Capixaba, Fórum Reage Espírito Santo
2005	3	Frente Integralista Brasileira, Liber, Movimento Nacional da Cidadania pela Vida
2006	3	Movimento Endireita Brasil, Movimento Reforma Brasil, Quero mais Brasil
2007	7	Fora Lula, Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros (Movimento Cansei), Movimento República de São Paulo, Movimento Grande Valia, Movimento dos Sem Mídia, Instituto Mises, Rio de Paz
2010	3	Campanha Nacional Pela Vida, Eu Voto Distrital, Que Brasil Nós Queremos?

Quadro 2: Ano de fundação de alguns movimentos à direita. Fonte: (ALONSO, 2019).

De fato, na maior parte do governo Lula, as ruas estiveram tranquilas, isto é, com protestos médios e pequenos típicos de democracias. Isto se deve, em parte, ao fato de que, desde a vitória eleitoral do PT, os movimentos do campo socialista, protagonistas de manifestações desde a redemocratização, foram incluídos na administração pública (ALONSO, 2019).

Conclusão

Nesta nota de pesquisa, busquei indicar brevemente os principais resultados de uma emergente literatura voltada à análise de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e ativismos à direita no decorrer dos governos Lula. Essa literatura tem por ambição inicial, via de regra, o desenvolvimento de explicações mais ampla a respeito de ciclos de protestos ocorridos recentemente no Brasil, de 2013 a 2015. No entanto, à medida que as suas investigações recuam no tempo, é possível encontrar uma série de *insights* que extrapolam os seus objetivos originais de pesquisa.

De fato, os resultados dessas pesquisas, ao recuarem no tempo para os governos Lula (2002-2010), oferecem importantes esclarecimentos a respeito da participação social de grupos à direita em um contexto de hegemonia do “campo progressista”, com altas taxas aprovação presidencial e crescimento econômico. Esses resultados tensionam e complexificam o quadro geral até então estabelecido a respeito da participação social ao longo daquela década.

Se é verdade que os anos 2000 foram um importante período de colaboração e interação entre Estado e agentes da sociedade civil, em especial na formulação,

implementação e monitoramento de políticas públicas, parece inequívoca, diante dos resultados expostos acima, a existência de um amplo campo de descontentes, organizados ou não, que se se sentiam sub-representados diante do “modelo brasileiro” de participação social.

Assim, esse modelo pareceu conviver com a formação de redes de sociabilidade e engajamento à direita, que não atuavam diretamente em instituições participativas. Essas redes, contudo, não foram capazes de organizar mobilizações massivas em torno de seus ideais e agendas. Por essa razão, sua atuação passou relativamente despercebida ou, quando muito, representada pelos chamados “intelectuais da nova direita”.

Essa agenda de pesquisa, apesar da sua diversidade interna, tem confluído para um conjunto de resultados comuns. Em primeiro lugar, ela aponta para a importância de uma rede de *think tanks* liberais no fortalecimento e adensamento desses ativismos, além da internet, da imprensa e de nichos editoriais como *loci* privilegiado de atuação e conformação de identidades à direita nesse período. Ela assinala, também, a importância de se avançar na investigação da produção de “descontentes” em um contexto marcado por alta aprovação e crescimento econômico, tal como o dos governos Lula. Vale, em especial, investigar aqueles descontentes que se formalizam através de organizações da sociedade civil ou de movimentos sociais. Por último, esse conjunto de pesquisas chama atenção para a existência de eventos significativos de protesto à direita ao longo dos anos 2000, particularmente após as denúncias do escândalo do Mensalão, eventos largamente ignorados até o presente momento.

Todos esses indícios, se trabalhados de forma cruzada, guardam o potencial de enriquecer o panorama da participação social no Brasil na primeira década do século XXI, além de fornecer ferramentas explicativas para os ciclos de protestos da década seguinte.

Artigo recebido em 12 de maio de 2020.

Aprovado para publicação em 03 de junho de 2020.

A participação na era “Lula” revisitada: Novas agendas de pesquisa

Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALONSO, Angela. A gênese de 2013: formação do campo Patriota. *Journal of Democracy*, pp. 97-119, 2019.

ALONSO, Angela. A POLÍTICA DAS RUAS: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1. *Novos Estudos*, p. 49, 2017.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. *As jornadas de junho em perspectiva global*. Rio de Janeiro: Netsal, 2013.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. June 2013, five years later: Polarization, reconfiguration of activism, and challenges for the Brazilian left. In: *The Brazilian Left in the 21st Century*. Palgrave Macmillan, Cham, 2019. p. 237-257.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*, v. 72, p. 24-41, 2016.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. Em *39º Encontro Anual da ANPOCS GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia*, 2015

DAGNINO, Evelina; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. The participation of civil society in Lula's government. *Journal of Politics in Latin America*, v. 6, n. 3, p. 39-66, 2014.

DE MELO, Larissa Pereira; TATAGIBA, Luciana Ferreira. Os Frames nos protestos contra a corrupção do mensalão e da lava jato. *Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP*, n. 26, 2018.

LAVALLE, Adrian Gurza. Após a participação: nota introdutória. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 84, p. 13-23, 2011.

LAVALLE, Adrian Gurza; BARONE. Conselhos, associações e desigualdade. Em ARRETCHE, Marta Teresa da Silva (Org.). *Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*, pp. 51-76, 2015.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. Editora Companhia das Letras, 2013.

ORTELLADO, Pablo; LIMA, Luciana; POMAR, Marcelo. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 11, 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap*, v. 19, p. 26-45, 1987.

ROCHA, Camila. "Imposto é Roubo!" A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, v. 62, n. 3, 2019.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. *Direita, volver*, p. 261-278, 2015.

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018a.

ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018b. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos CEBRAP*, n. 97, p. 23-40, 2013.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, p. 47-103, 2002.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira, um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, p. 87-116, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Las protestas en Brasil en época de crisis (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). *Direita, volver*, p. 197-212, 2015.